

O Golpe da Guatemala de 1954 e os documentos disponibilizados através do ForeignRelationsofthe United States (FRUS): Limites e possibilidades

Lauro Niehues Carrer¹

Resumo: O Golpe da Guatemala em 1954, que depôs o então presidente democraticamente eleito Jacobo Arbenz e instaurou uma ditadura militar no país, foi a primeira intervenção direta planejada e executada pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América, a CIA, em um governo democrático na América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Porém, somente a partir dos anos 1970 jornalistas e historiadores tiveram acesso a determinados documentos governamentais comprovando e detalhando a participação estadunidense na deposição de Arbenz e em 1983, o governo dos EUA publicou para o amplo público por meio do “ForeignRelationsofthe United States (FRUS)”, documentos que tratavam sobre o evento em questão, com uma nova coleção contendo novos materiais sobre o ocorrido em 2003. Esse trabalho portanto tem como objetivo apresentar o que é o FRUS, sua origem e especificidades, as duas coleções destinadas ao Golpe da Guatemala e também discutir os limites e possibilidades desses documentos disponibilizados na pesquisa histórica sobre o papel dos Estados Unidos no Golpe da Guatemala em 1954.

Palavras-chave: Golpe da Guatemala; Intervencionismo estadunidense; Foreign Relations of the United States.

Introdução

A intervenção que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, realizou na Guatemala em 1954, depondo o então presidente Jacobo Arbenz, marcou o início mas também uma continuidade de uma política externa por parte dos EUA que consistia em intervir seja militarmente seja economicamente nos países latino-americanos. A Guatemala, durante o período da Guerra Fria, devido a diversos fatores que serão abordados aqui nesse trabalho, foi o primeiro país a sofrer um golpe de estado planejado pela CIA ao lado de forças opositoras locais.

Este trabalho apresentará primeiramente como se deu essa intervenção, seus diferentes aspectos, como a conjuntura geopolítica dos EUA durante o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a situação política e social que se encontrava a Guatemala entre 1944 e a deposição de Jacobo Arbenz, que levou a instauração de uma ditadura militar sob

¹ Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Agência financiadora: CAPES.



comando do coronel Castillo Armas. Após discorrer sobre o evento em si, serão apresentadas as fontes documentais de origem governamental dos Estados Unidos pertencentes ao ForeignRelationsofthe United States, também denominado de FRUS, que abordam a sua participação da CIA do governo estadunidense no Golpe da Guatemala, se tratando especificamente de duas coleções onde se encontram documentos produzidos entre 1952 e 1954, período de preparação e execução do Golpe da Guatemala. Sobre esses documentos se discorrerá sobre o FRUS e sua história, as coleções em que se encontram os documentos que abordam o papel dos EUA na queda de Jacobo Arbenz da presidência da Guatemala e suas características, e por fim, os limites e possibilidades que esses documentos apresentam ao se trabalhar com a intervenção dos Estados Unidos na Guatemala utilizando de fonte histórica esses mesmos documentos disponibilizados pelo FRUS.

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina no século XX

A partir da segunda metade do século XX, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina, com o término da Segunda Guerra Mundial, muda. Entre 1933 e 1945, durante a administração de Franklin Delano Roosevelt até a eleição de Harry S. Truman a presidência, o governo estadunidense pôs em prática nos países latino-americanos a chamada Política da Boa Vizinhança. Entre o fim do século XIX até a década de 1930, o que predominava era a política do Big Stick, intervindo na região do Caribe da América Central, esse intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina ocorria de diversas formas, como através da penetração econômica, ofensivas militares e pressionamento público no âmbito público. Essa política foi realizada através do Corolário Roosevelt, que dava aval aos Estados Unidos a interferirem nos assuntos internos e externos da América Latina, o que já estava em andamento, pois os Estados Unidos já haviam garantido sua supremacia sobre Cuba e Porto Rico e após a Guerra Hispano-Americana e colaborado na separação do Panamá da Colômbia, tendo posteriormente o controle do Canal do Panamá (SANTOS, 2007, p. 28-29).

Esse intervencionismo acabou gerando oposição tanto dos países latino-americanos como internamente nos Estados Unidos por meio de setores progressistas estadunidenses, o que levou o então presidente dos EUA Herbert Hoover, com o fim ainda da primeira guerra mundial, a lançar um novo olhar acerca das possibilidades de negócios que estavam se



abrindo na América Latina devido a situação das potências europeias, fundamentando as bases para a política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt. Essa política possuía um discurso que, segundo Santos (2007, p. 33): “[...] se assentava no reconhecimento da soberania dos países latino-americanos e na cooperação entre as nações do hemisfério ocidental.” O autor também argumenta que: “No campo econômico, a idéia era incrementar e promover o comércio e os negócios financeiros entre os países e empresas do continente” (SANTOS, 2007, p. 33).

Apesar do discurso haver mudado e da Política da Boa Vizinhança, a prática imperialista de intervenções em países latino-americanos ainda ocorria, mas com o fim da Segunda Guerra Mundial e uma nova conjuntura geopolítica, o intervencionismo estadunidense começaria a adquirir um novo *modus operandi*. O cenário geopolítico pós 1945 contava com dois sistemas políticos e com projetos de futuros completamente opostos, a União Soviética do lado socialista e os Estados Unidos como principal potência do mundo capitalista. Segundo Ayerbe (2002, p. 65):

Após os acordos de Yalta, que delimitam as esferas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, a política internacional das duas superpotências redefine seus rumos para uma disputa que privilegia a consolidação da hegemonia nos seus respectivos blocos e a expansão por vias que descartem o conflito militar direto. Inicia-se o período da guerra fria, em que os Estados Unidos colocam seu imenso poderio econômico e militar a serviço de objetivos mundiais hegemônicos.

Após 1945, o surgimento de novas nações na Ásia e África, consequência das lutas de descolonização e o enfraquecimento dos antigos colonizadores, ou seja, das potências europeias, implicava na busca por expansão de domínio tanto por parte da União Soviética como dos Estados Unidos. Assim como nessas regiões, a América Latina se tornou protagonista de uma série de intervenções por parte dos Estados Unidos e ao longo das décadas seguintes foi um território de grande importância para esse conflito. O período da Guerra Fria, portanto, apesar de refletir um estado de não agressão entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, diminui o impacto dos conflitos que ocorreram no resto do mundo até a década de 1990, com participação dessas duas potências (AYERBE, 2002, p. 65; WESTAD, 2017 apud SÁENZ ROTKO e SANZ DÍAZ, 2022, p. 977)

Em meio a essa conjuntura de polarização global e de conflito com a União Soviética, durante a administração Truman, os Estados Unidos adotam uma nova postura em relação à

América Latina e seus países. Os EUA possuíam uma preocupação com os movimentos nacionalistas latino-americanos e com uma possível infiltração das chamadas ideias antiamericanas na região. A criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca em 1947 e a Organização dos Estados Americanos em 1948 foram medidas do governo Truman como medidas de uma eventual guerra direta com a União Soviética e combater o comunismo nos países latino-americanos, Ayerbe (2002, p. 82), sobre o Tiar, argumenta que um ponto a se destacar desse tratado é: “[...]o desenvolvimento de um programa de cooperação militar Interamericano, em que os Estados Unidos se comprometem a assistir técnica, econômica e militarmente os países signatários” (AYERBE, 2002, p. 82).

A criação da Agência Central de Inteligência (CIA) em 1947 simboliza a mudança que a política externa do governo americano estava vivenciando, e a agência passa a trabalhar em duas frentes, na coleta de informações e na realização de operações encobertas. O intervencionismo direto nos países latino-americanos agora passa a ser considerado como uma opção viável no objetivo de preservar os interesses políticos e econômicos estadunidenses na América Latina. Portanto, entrando na década de 1950, ainda sob administração Truman, os Estados Unidos já haviam estabelecido as bases do intervencionismo direto e encoberto, existindo meios legais que legitimavam o intervencionismo como o TIAR e a OEA, porém, utilizando-se da CIA como a realizadora dessas ações executadas de maneira sigilosa (AYERBE, 2002, p. 80).

A intervenção dos Estados Unidos na Guatemala

Em 1952 o governo estadunidense, por meio inicialmente do FBI em 1946 e um ano depois pela CIA, já monitorava e analisava a situação política e social que a Guatemala estava vivendo, porém, é a partir desse momento em que a Agência Central de Inteligência começa a planejar uma eventual operação que ocasionaria na queda do presidente democraticamente eleito da Guatemala Jacobo Arbenz. A Guatemala em 1952 estava no segundo ano do mandato de Jacobo Arbenz, um capitão do exército que havia resignado de seu posto durante as manifestações de 1944, que levou à renúncia do então ditador Jorge Ubico, posto que em sequência fora ocupado por uma nova junta, que por sua vez, ao contrário de realizar novas eleições livres, iniciou uma série de repressões a partidários do principal nome para o cargo de presidente da Guatemala, o professor exilado na Argentina José Juan Arévalo, o que



resultou em uma ofensiva liderada por Arbenz ao lado ambos de militares e civis voluntários contra essa junta. Arbenz, ao lado do Major do exército Francisco Arana e do comerciante Jorge Torrielo formaram uma nova junta que permaneceu no poder até novas eleições serem realizadas em dezembro, que consagrou vitória de Arévalo (CULLATHER, 2006, p. 10; FERREIRA, 2012, p 45).

Arbenz ocupou o cargo de Ministro da Defesa durante o governo de Arévalo, aumentando sua popularidade como figura política, o que serviu de base para sua eleição para presidente da Guatemala em novembro de 1950, assumindo o cargo em março do ano seguinte. Ele, apesar de visar continuar o legado dos acontecimentos da Revolução Guatemalteca de 1944 e do governo de Arévalo, que buscou transformar a Guatemala em um país mais democrático e menos desigual através de políticas públicas e sociais, compreendia que a questão agrária deveria ser a principal ferramenta para essa mudança que se almejava. O principal projeto de Arbenz, portanto, foi a criação e a implementação de uma reforma agrária que objetivava diminuir a concentração de terras no país.

A aprovação do Decreto 900 no dia 17 de junho de 1952, que legislava essa reforma, foi observada pela CIA com atenção, e no dia 9 de setembro a operação PBFORTUNE, que visava a deposição de Arbenz da presidência do país, foi aprovada. Essa primeira operação foi cancelada no dia 8 de outubro de 1952 devido a uma preocupação por parte de determinados funcionários do Departamento de Estado que uma operação como essa, apesar de ser sigilosa, poderia prejudicar a política externa dos Estados Unidos com outros países latino-americanos (CULLATHER, 2006, p. 31; GLEIJESES, 1989, p. 459).

Para a aprovação de uma nova operação, apesar da primeira nunca ter realmente sido cancelada, ainda havendo movimentações da CIA em relação à Guatemala, foi de grande importância a eleição do republicano Dwight Eisenhower para presidente dos Estados Unidos e sua visão mais rígida em relação a contenção do comunismo e a intervir em países latino-americanos independentes. O recém-eleito presidente via com bons olhos a utilização de ações encobertas executadas pela CIA por conta de ser uma alternativa menos cara em comparação com uma intervenção militar direta. Eisenhower também designou John Foster Dulles como Secretário de Estado e seu irmão Allen Dulles, já Vice-diretor da CIA, ao cargo de Diretor da CIA (AYERBE, 2002, p. 83; CULLATHER, 2006, p. 31-32).

Em agosto de 1953 uma nova operação é aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, a operação PBSUCCESS. Assim, com o aval do Departamento



de Estado e do presidente Eisenhower, a CIA planejou e executou, ao lado das forças opositoras internas da Guatemala, a operação. Concomitantemente a essa movimentação interna do governo dos Estados Unidos, foi buscado a legitimação para se intervir em um país latino-americano independente através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e da Organização dos Estados Americanos, ocorrendo entre 1 e 28 de março de 1954 a Conferência de Caracas. Nela, foi votado a favor com 17 votos a favor, duas abstenções e um contra, sendo esse o voto da Guatemala, da proposta estadunidense “Declaração de solidariedade para a preservação da integridade política dos estados americanos contra a intervenção do comunismo internacional” apresentada e defendida por John Foster Dulles. Mas para ser aprovada pela maioria dos países, foi necessária a consideração de que se realizaria reuniões de consulta antes se adotarem medidas reais (VALDÉS-UGALDE, 1999, p. 275; VICENTE, 2014, n.p.).

A operação estava em curso quando em 15 de maio de 1954 foi descoberto que um navio que atracou ao porto de Puerto Barrios, na Guatemala, carregava armamento vindo da então Tchecoslováquia, servindo como ferramenta de propaganda por parte do governo estadunidense, se aumentando consideravelmente o tamanho da carga, ocasionando a aceleração da operação PBSUCCESS. Entre 18 de junho e 27 do mesmo mês, as tropas comandadas pelo Coronel Castillo Armas saíram de Honduras e de El Salvador rumo a Cidade da Guatemala, capital do país. Ao mesmo tempo, aviões estadunidenses saíram da Nicarágua, bombardeando a Cidade da Guatemala, o porto localizado em San José no pacífico e determinadas bases militares, o que não resultou em nenhuma reação por parte das forças armadas guatemaltecas. A CIA por sua vez utilizou suas rádios clandestinas com o objetivo de espalhar o pânico e rumores acerca da invasão por parte de Castillo Armas (VICENTE, 2014, n.p.).

Apesar da Guatemala ter recorrido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que por sua vez levou o agendamento de uma reunião da OEA para o dia 7 de julho, a renúncia de Jacobo Arbenz ocorreu no dia 27 de junho de 1954, na expectativa do recém deposto presidente de que sua renúncia salvaguardaria os avanços realizados na Guatemala nesse período revolucionário, o que não aconteceu, pois Castillo Armas, através dos esforços do embaixador estadunidense na Guatemala John Peurifoy, assumiria a presidência do país no dia 8 de julho de 1954. Durante a ditadura de Armas, as políticas sociais realizadas foram retrocedidas, por exemplo, cerca de 97 por cento das terras expropriadas foram devolvidas,

líderes sindicais foram perseguidos e assassinados, o que ocasionou o início de uma longa guerra civil (GLEIJESES, 1991, p. 319; FERREIRA, 2008, p. 61; VICENTE, 2014, n.p.).

Os documentos do Foreign Relations of the United States

Entre o final da década de 1970 e o início de 1980, jornalistas, historiadores, bem como estudiosos da área de política internacional, começaram a ter acesso a documentos governamentais nunca antes disponibilizados que tratavam da participação dos Estados Unidos no Golpe da Guatemala. Esses documentos foram de grande importância para os estudos acerca da intervenção estadunidense na Guatemala, os debates internos do governo dos Estados Unidos, suas concordâncias e discordâncias, quais eram os personagens e seus cargos, possibilitando assim uma maior compreensão desse evento (STREETER, 2000, p. 65-65).

O governo dos Estados Unidos disponibilizou duas coleções que continham documentos provenientes de diversas esferas que participaram na preparação e execução da intervenção na Guatemala entre 1952 e 1954 ao público através do Foreign Relations of the United States. A primeira foi publicada em 1983 como parte de uma coleção intitulada “Foreign Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics, Volume IV”, já a segunda, “Foreign Relations of the United States, 1952-1954: Guatemala”, foi publicada em 2003. Essa série se originou em 1861, e atualmente é editada pelo Office of the Historian e pelo Bureau of Public Affairs, ambos pertencentes ao Departamento de Estado, e o governo dos Estados Unidos a utiliza como meio de publicação e disponibilização dos documentos governamentais estadunidenses, inclusive a publicando através da agência U.S. Government Printing Office (MARRS, 2015, p. 20; HOLLY e PATTERSON, 2003, n.p.).

A coleção de 1983 foi recebida com inúmeras críticas por conta da falta de documentos que realmente abordassem a intervenção realizada pelos Estados Unidos na Guatemala em 1954, por exemplo, nela não se encontram documentos sobre o papel da CIA na deposição de Jacobo Arbenz. Em 1991, por conta de diversas críticas ao FRUS, foi legislado no congresso estadunidense que a série deveria ser confiável e precisa, e a partir desse momento os historiadores do Departamento de Estado tiveram acesso completo aos documentos de política internacional dos Estados Unidos, bem como aumentaram o acesso



aos documentos pertencentes a CIA, que concomitantemente no início da década de 1990, reconheceu onze ações encobertas durante o começo do período da Guerra Fria, incluindo a Guatemala. A coleção de 2003 já é produzida nesse ambiente de maior acesso dos historiadores aos documentos governamentais dos Estados Unidos, detalhando como se deu a participação dos Estados Unidos na queda de Jacobo Arbenz (HOLLY e PATTERSON, 2003, n.p.; RABE, 2004, p. 785).

Nessas duas coleções, os documentos são originados de diferentes departamentos e agências do governo estadunidense, porém, a maior parte dos mesmos são da CIA, do Departamento de Estado e da embaixada dos Estados Unidos na Guatemala. Muitas vezes os documentos que são encontrados nessas duas coleções circularam nesses ambientes, seja internamente, por exemplo, um memorando enviado de determinado agente da CIA para o diretor da agência, ou externamente, como de um agente da CIA para determinado indivíduo que faz parte do Departamento de Estado, ou vice-versa. Nessas coleções, além de haver uma variedade no que diz a respeito da origem desses documentos e sua circulação, se tem um grande número de documentos de tipos diferentes, portanto, memorandos, relatórios e telegramas são os tipos documentais que mais aparecem nessas coleções. Visto isso, ao se pesquisar o tema do Golpe da Guatemala de 1954 e a participação dos Estados Unidos nele utilizando-se do material disponibilizado pelo FRUS, é importante salientar os limites que essas fontes impõem a pesquisa histórica como também as suas possibilidades.

É de grande importância compreender que os documentos disponibilizados por meio do FRUS passaram por um processo de seleção e curadoria até serem publicados, portanto, consegue-se observar que inúmeros outros documentos não foram colocados nessas coleções. No que diz a respeito da sua materialidade, esses documentos, embora no FRUS estejam as transcrições dos mesmos, eles estão em grande parte disponíveis em seu formato original no National Archives e os documentos produzidos pela CIA podem ser acessados através do seu site, porém, existem diversos documentos disponíveis nessas coleções que não podem ser acessados de forma digital, somente de maneira presencial. Por conta desse motivo, muito se perde quando não se é possível analisar a materialidade dessas fontes não encontradas digitalmente. Essas fontes também apresentam limites em seu conteúdo, pois como se trata de documentos que foram produzidos em um contexto de confidencialidade, muitas informações não foram liberadas, como determinados indivíduos, locais e assuntos que estão nesses documentos.



Já as possibilidades em se trabalhar com esses documentos disponíveis através do FRUS é que como se tratam de fontes que abordam a política dos Estados Unidos em relação a Guatemala entre 1952 e 1954, é possível compreender as particularidades, o dia-a-dia, e a relação interna de diferentes departamentos e agências do governo dos EUA durante a preparação, a execução e o pós da primeira intervenção estadunidense em país latino-americano em meio a Guerra Fria. Também é possível, com a análise desses documentos, compreender o aspecto mais amplo dessa intervenção, como a política externa dos EUA em relação a América Latina e as intervenções diretas que sucederam a da Guatemala em 1954. Em relação ao uso e análise de documentos governamentais confidenciais que foram liberados, eles, além de auxiliar na elucidação de eventos específicos, possibilitam ao pesquisador lançar um olhar mais amplo em relação a um processo político, compreendendo a estrutura e o funcionamento de determinadas instituições, bem como as perspectivas de seus participantes (FEINSETEIN e SIMPSON, 2004, p. 1).

Considerações Finais

Esse trabalho procurou apresentar a intervenção dos Estados Unidos na Guatemala em 1954 e os documentos que foram disponibilizados pelo Foreign Relations of the United States. Primeiramente foi visto um breve histórico da política externa dos EUA em relação a América Latina até o início da Guerra Fria e sua mudança nos governos Truman e Eisenhower. Na sequência foi discorrido sobre a situação política e social na Guatemala anterior ao início do planejamento do golpe, como a Revolução Guatemalteca, o governo de Juan José Arévalo e a eleição de Jacobo Arbenz e sua campanha para a realização da reforma agrária.

Após esse momento, foi abordado como se deu, entre 1952 e 1954, o planejamento e execução da operação que resultou na deposição de Arbenz e na instauração de uma ditadura militar sob comando de Castillo Armas. Também nesse trabalho foi discorrido sobre os documentos governamentais dos Estados Unidos publicados pelo FRUS que abordam a relação entre os EUA e a Guatemala durante esse período de dois anos. Foi apresentada as características dessa série, as coleções em que se encontram os documentos que abordam o a preparação e execução do Golpe da Guatemala, suas especificidades, assim como os limites e as possibilidades tanto das fontes disponibilizadas através do FRUS como de documentos de origem governamental que foram produzidos em confidencialidade.



Referências

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CULLATHER, Nick. **Secret History: The CIA'sclassifiedAccountof its Operations in Guatemala 1952-1954**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

FEINSTEIN, Tamara; SIMPSON, Brad. A Guideto Reading DeclassifiedDocuments. **National Security Archive**. Washington, pp. 1-6, 2004.

FERREIRA, Roberto García. The CIA and Jacobo Arbenz: Historyof a disinformationCampaign. **JournalofThird World Studies**, Gainesville, v. 25, n. 2, pp. 59–81, 2008.

_____. La Revolución guatemalteca y el legado del Presidente Arbenz. **Anuario de EstudiosCentroamericanos**, San José, n. 38, pp. 41-78, 2012.

GLEJESES, Piero. The AgrarianReformof Jacobo Arbenz. **JournalofLatin American Studies**, Cambridge, v. 21, n. 3, pp. 453-480, 1989.

_____. **Shattered Hope: The Guatemalan Revolution andthe United States, 1944-1954**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

HOLLY, Susan K.; PATTERSON, David S. (org.). **ForeignRelationsofthe United States, 1952-1954: Guatemala**. Washington: United States GovernmentPrinting Office, 2003.

KANE, N. Stephen; JR; SANFORD, William F. (org.). **ForeignRelationsofthe United States, 1952–1954, The American Republics, Volume IV**. Washington: United States GovernmentPrinting Office, 1983.

MARRS, Aaron W.The Civil War Originsofthe FRUS Series, 1861–1868. In: MCALLISTER, William B., et al (org.). **Toward “thorough, Accurate, andReliable”:** A **HistoryoftheForeignRelationsofthe United States Series**. Washington: GovernmentPrinting Office, 2015, pp.17-43.

RABE, STEPHEN G. Review of The U.S. Intervention in Guatemala: The Documentary Record, by U.S. DepartmentofState. **DiplomaticHistory**, Oxford, v. 28, no. 5, pp. 785–90, 2004.

SÁENZ ROTKO, J. M.; SANZ DÍAZ, C.. Revisiting Cold War ConceptsandInterpretations: The StateoftheArtAmongtheEchoesof a New Cold War. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 78, pp. 971–1004, set. 2022.

SANTOS, Marcelo. A política externa dos EUA para a América Latina: da Doutrina Monroe à Diplomacia Total. In: **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2007, pp. 19-48.

STREETER, Stephen. Interpretingthe 1954 U.S. Intervention in Guatemala: Realist, Revisionist, andPostrevisionist Perspectives. **The HistoryTeacher**, Long Beach,v. 34, n. 1, pp. 1-20, 2000.



VALDÉS-UGALDE, José Luis. **Intervening in revolution: The US exercise of power in Guatemala, 1954.** Londres, 1999. 379 f. Tese (doutorado). Universidade de Londres.

VICENTE, R. Un castillo armado: el primer golpe de la CIA en América Latina. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, Buenos Aires, n. 43, 2014. n.p.